

PC 035/2023

Jaboatão dos Guararapes/PE, 11 de julho de 2023

Ao Conselho do Programa de Parcerias Estratégicas de Pernambuco – CPPPE

Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG

Rua da Aurora, 1377, Santo Amaro - Recife PE, CEP: 50.040-090

Att.: Ilmo. Diogo de Carvalho Bezerra

Secretário de Projetos Estratégicos

E

Secretaria Executiva de Parcerias e Projetos Estratégicos – SEPPE

Att.: Ilmo. Marcelo Bruto da Costa Correia

Secretário Executivo de Parcerias e Projetos Estratégicos

Assunto: Requerimento - 6º Pleito de Revisão do Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato de Concessão CGPE nº 001/2006.

Prezados Senhores,

Cumprimentando-os cordialmente, a **Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.** (“Concessionária” ou “CRC”) vem, através desta, com fulcro no Contrato de Concessão Patrocinada CGPE nº 001/2006 (“Contrato”), Cláusulas 27 e 28 e demais a serem mencionadas, apresentar o presente Requerimento com o pedido de Recomposição do Equilíbrio Econômico-Financeiro (“6º Pleito de Reequilíbrio” ou “Reequilíbrio”), apresentando ao Poder Concedente os eventos de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, a partir da proposta ao certame – Edital sob a modalidade Concorrência nº 001/2006 (“Edital”), devidamente fundamentado, justificando a ocorrência do fato que caracteriza o desequilíbrio do Contrato, conforme passa a expor, a seguir.

ÍNDICE:

I. FATOS ENSEJADORES DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA (“PPP”) CGPE 001/2006	03
a) VOLUME DE TRÁFEGO DE VEÍCULOS REAL ABAIXO DE 70% (SETENTA POR CENTO) X TRÁFEGO PROJETADO EM CERTAME EDITALÍCIO (“CONCORRÊNCIA 001/2006”)	03
II. LEGISLAÇÃO E FORMAS DE RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO	05
a) RITO DE APRECIAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ESTABELECIDO PELA ARPE E PARECER 583/2019 DA PGE/PE	05
III. CONTRATO DE CONCESSÃO E REFLEXOS NO PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA (“PNR”)	07
IV. CONCLUSÃO	08

I. FATO ENSEJADOR DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA (“PPP”) CGPE Nº 001/2006:

a. VOLUME DE TRÁFEGO DE VEÍCULOS REAL ABAIXO DE 70% (SETENTA POR CENTO) X TRÁFEGO PROJETADO EM CERTAME EDITALÍCIO (“CONCORRÊNCIA 001/2006”):

Com fulcro na cláusula 28.2.6 do Contrato CGPE nº 001/2006, redação abaixo, vimos pleitear a revisão do equilíbrio econômico-financeiro em favor da CRC em virtude da ocorrência de volume de tráfego real abaixo de 70% do tráfego projetado em Edital:

“28.2.6. Ocorrendo variações de tráfego a menor, verificadas abaixo de 70% (setenta por cento), as correspondentes perdas de RECEITAS DE PEDÁGIO serão de responsabilidade do CONCEDENTE, mediante a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO, conforme previsto na Cláusula 27 deste CONTRATO.”.

No âmbito do Contrato de Concessão Patrocinada CGPE nº 001/2006, é o que se pode notar quando comparamos o volume de tráfego projetado no “ANEXO X – Projeção de Tráfego”, do Edital, com o volume de tráfego real performado. Enquanto um buscava trazer a simulação daquilo que se presumia no projeto para a Concessão, o outro demonstra a obtenção real do quantitativo, defrontando *Projeção X Realizado*, que pode ser tanto a maior quanto menor do previsto. E isso é o que se viu aplicado nos últimos pedidos de reequilíbrios que, entre outros

temas não relevantes para este Pleito, resultou no deferimento da recomposição fundamentado na frustração de tráfego nesta aludida faixa de tráfego (2019¹, 2020², 2021³, 2022⁴ e 2023⁵).

Assim, sob o mesmo contexto, surge o direito de a CRC propor o pedido de recomposição, naturalmente, para que se veja reequilibrada as perdas aferidas e compreendidas no período entre **14/06/2022 a 13/06/2023**, conforme período pactuado na MEMÓRIA DE REUNIÃO – ARPE / SEDUH / CRC (Ata – ID 13199171 / SEI 38000000001.000140/2020-01) - **Anexo I**, ocorrida em 15/04/2020, que contou com a participação da ARPE, SEDUH e CRC, visando a melhoria no acompanhamento e cálculos lineares ao Contrato, oportunidade em que todos manifestaram concordância à recomendação, trecho transscrito abaixo:

*“(...) nos próximos procedimentos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato CGPE 001/2006, fosse considerado pela CRC o período exclusivo de 12 meses referentes ao ano operacional (de 14 de junho até 13 de junho do ano seguinte). Dessa forma, o efeito do período de 14 a 30 de junho de 2020 (correspondente a 16 dias do “ano operacional seguinte”) já estará contemplado neste 3º Reequilíbrio, **esses dias seriam eliminados no próximo procedimento**. Esse ajuste, além de facilitar os cálculos e acompanhamentos, permite que os próximos procedimentos de reequilíbrio fiquem alinhados ao previsto no Contrato de Concessão. A CRC e a SEDUH registraram estar de acordo com essa sugestão.”*

¹ RESOLUÇÃO Nº 145, DE 21 DE MAIO DE 2019: “(...) Art. 1º Autorizar a alteração das Tarifas Básicas de Pedágio, no percentual correspondente a 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento), decorrente da revisão do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão Patrocinada CGPE 001/2006, considerando os efeitos combinados: a) das perdas de receita de pedágio do tráfego de veículos realizado **abaixo de 70% do fluxo previsto em Edital, no período de 01/06/2016 a 31/06/2018**; (...)” (http://www.arpe.pe.gov.br/images/RESOLUCAO/RE---145_CRC_Reviso_Contrato.pdf)

² RESOLUÇÃO Nº 163, DE 28 DE MAIO DE 2020: “(...) Art. 1º Autorizar a alteração dos valores das Tarifas Básicas de Pedágio decorrente da revisão do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão Patrocinada CGPE nº 001/2006, considerando os efeitos combinados: a) das perdas de receita de pedágio do tráfego de veículos realizado **abaixo de 70% do fluxo previsto em Edital, no período de 01/07/2018 a 30/06/2019**; (...)” (http://www.arpe.pe.gov.br/images/RESOLUCAO/RE_ARPE_163_2020_CRC_28maio20.pdf)

³ RESOLUÇÃO Nº 185, DE 13 DE MAIO DE 2021: “(...) Art. 1º Autorizar a alteração dos valores das Tarifas Básicas de Pedágio decorrente da revisão do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão Patrocinada CGPE nº 001/2006, considerando os efeitos combinados: a) das perdas de receita de pedágio do tráfego de veículos realizado **abaixo de 70% do fluxo previsto em Edital, no período de 01/07/2019 a 30/06/2020**; (...)” (http://www.arpe.pe.gov.br/images/RESOLUCAO/RESOLUCAOES2021/RARPE_CRC_3-Reequilibrio_2021.pdf)

⁴ RESOLUÇÃO Nº 214, DE 12 DE MAIO DE 2022: “(...) Art. 1º Autorizar a alteração dos valores das Tarifas Básicas de Pedágio decorrente da revisão do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão Patrocinada CGPE nº 001/2006, considerando os efeitos combinados: a) da perda de receita de pedágio decorrente do tráfego de veículos realizado **abaixo de 70% do previsto no referido Contrato de Concessão, no período de 14/06/2020 a 13/06/2021**; (...)”

⁵ RESOLUÇÃO Nº 234, DE 17 DE MAIO DE 2023: “(...) Art. 1º Autorizar a alteração das Tarifas Básicas de Pedágio, no percentual correspondente a 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento), decorrente da revisão do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão Patrocinada CGPE 001/2006, considerando os efeitos combinados: a) das perdas de receita de pedágio do tráfego de veículos realizado **abaixo de 70% do fluxo previsto em Edital, no período de 14/06/2021 a 13/06/2022**; (...)” (<http://www.arpe.pe.gov.br/images/RESOLUCAO/Resolucao-Arpe-234.pdf>)

Face o exposto, a metodologia utilizada nos 4º e 5º pleitos de reequilíbrios econômico-financeiro desta Concessionária, vem considerando o período exclusivo de 12 meses referentes ao ano operacional, que vai do dia 14 de junho do ano em curso até o dia 13 de junho do ano seguinte.

Ato contínuo, considerando o período em comento, o valor correspondente ao presente reequilíbrio econômico-financeiro é a quantia de **R\$ 9.960.056,14** (Nove milhões, novecentos e sessenta mil, cinquenta e seis reais e quatorze centavos), e que expressa a equivalência de **R\$ 3.942.137,32** (Três milhões, novecentos e quarenta e dois mil, cento e trinta e sete reais e trinta e dois centavos), se colocados em moeda corrente, na data base de dezembro de 2005.

Por essa razão, conferidos os institutos ora evocados, apresenta-se o Plano de Negócios da Rodovia (“PNR”) (**Anexo II**) com os valores de perda e período descritos, que desequilibraram a Taxa Interna de Retorno⁶ (“TIR”), a qual passou de **10,7541%** para **10,6132%**.

Dessa forma, para restabelecer o equilíbrio do Contrato, e se considerado os efeitos na TBP, será necessário implementar um aumento de **3,27%** (Três inteiros e vinte e sete centésimos de percentual), alterando dos atuais R\$ 3,1984 (três inteiros e um mil novecentos e oitenta e quatro décimos de milésimos de real) em Dias Úteis e R\$ 4,7976 (quatro inteiros e sete mil novecentos e setenta e seis décimos de milésimos de real) no Final de Semana/Feriado, para **R\$ 3,3031** (três inteiros e três mil e trinta e um décimos de milésimos de real em Dias Úteis e **R\$ 4,9546** (Quatro inteiros e nove mil quinhentos e quarenta e seis décimos de milésimos de real) em Final de Semana/Feriados, **com efeitos a serem considerados a partir de 14/06/2024**, data em que há previsão contratual para o reajuste anual pela inflação (IPCA). Os efeitos da perda de receita por tráfego abaixo de 70% (setenta por cento) estão demonstrados e atualizados no Anexo II.

II. FORMAS DE RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.

Assim, conferidos os limites e atribuições impostas pela Lei, a Concessionária propõe o presente pedido de recomposição, amparada em normativo estadual, para apreciação e deliberações nos moldes ora propostos.

a. CONTRATO DE CONCESSÃO CGPE Nº 001/2006 E O RITO DE APRECIAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ESTABELECIDO PELA ARPE E PARECER 583/2019 DA PGE/PE:

⁶ Taxa Interna de Retorno é uma taxa de desconto hipotética que, quando aplicada a um Fluxo de Caixa, faz com que os valores das despesas, trazidos ao valor presente, seja igual aos valores dos retornos dos investimentos, também trazidos ao valor presente.

Em especial atenção à forma de proposição do reequilíbrio econômico-financeiro, segue, abaixo, o posicionamento da Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco – PGE/PE (“PGE”), em seu Parecer nº 583/2018 (**Anexo III**), datado de 22/08/2018, a partir da consulta realizada pelo Poder Concedente acerca do rito e procedimentos a serem adotados nos reequilíbrios desta Concessão:

“(...)

No que toca ao procedimento, a Cláusula 27.5 prevê a recomposição do equilíbrio, mediante acordo entre as partes. Após as necessárias deliberações travadas entre o concedente e a concessionária, a proposta de acordo negociada deverá ser submetida à manifestação expressa da ARPE, para que esta passe a valer.”

Em seguida, conclui quanto ao rito a ser verificado sob as hipóteses:

“(...)

(i) PARA OS CASOS DE REEQUILÍBRIO CONSENSUAL:

1) requerimento da concessionária endereçado ao concedente com proposta de reequilíbrio; 2) deliberações entre as partes para proposta de acordo; 3) submissão do acordo à ARPE; 4) análise da ARPE e 5) implementação do reequilíbrio. Entende-se que, neste caso, por ter sido a recomposição objeto de acordo entre as partes, cujo conteúdo teria sido submetido à ARPE de modo consensual, não faz sentido submeter novamente o Plano de Negócios à análise do concedente, salvo se tiver havido discordância pontual da ARPE;

(ii) PARA OS CASOS DE REEQUILÍBRIO NÃO CONSENSUAL: 1) apresentação pela concessionária de requerimento fundamento para a ARPE, instruído com o novo Plano de Negócios; 2) apreciação do pedido reequilíbrio pela ARPE, mediante análise do Plano de Negócios proposto; 3) se a ARPE aprovar o Plano de Negócios, determinação da forma como deverá ocorrer o reequilíbrio, dentre os mecanismos previstos na Cláusula 27.3; 4) submissão ao concedente para manifestação sobre o novo Plano de Negócios, no prazo de 30 (trinta) dias; 5) após a aprovação do novo Plano de Negócios pelo concedente (ou ausência de manifestação no prazo estabelecido), implementação do reequilíbrio econômico-financeiro nos termos ajustados.”

Tendo a r. PGE firmado esclarecimentos sobre a forma e trâmite a ser procedido na avaliação dos reequilíbrios desta PPP que, em observância ao rito informado, apresentamos o 6º pleito de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão para as

análises necessárias, inclusive, propondo-se ao atendimento da Cláusula 27.8⁷ quanto às razões fundamentas a apreciação do Regulador – ARPE.

III. CONTRATO DE CONCESSÃO CGPE Nº 001/2006 E REFLEXOS NO PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA (“PNR”).

Conforme define o Contrato de Concessão sobre o Plano de Negócios da Rodovia (“PNR”):

“PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA ou PNR: é o plano cobrindo o prazo integral da CONCESSÃO PATROCINADA, com todos os elementos operacionais e financeiros relativos à execução do CONTRATO, assim como uma descrição das ações pretendidas pelo LICITANTE HABILITADO visando à exploração da RODOVIA, observadas as OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA RODOVIA, as CONDIÇÕES OPERACIONAIS MÍNIMAS DA RODOVIA, as atividades de OPERAÇÃO DA RODOVIA, de MANUTENÇÃO DA RODOVIA e CONSERVAÇÃO DA RODOVIA, e os indicadores constantes do QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO, que integra a PROPOSTA ECONÔMICA que faz parte integrante deste CONTRATO como ANEXO IV;”

No contexto do presente pleito de recomposição, é o instrumento vinculante ao Contrato, que se lança, em suma, à demonstração dos eventos de desequilíbrio contratual, referência de grande relevância para acompanhamento do Contrato de Concessão.

Nesse sentido, o Contrato ainda estabelece que, quanto ao direito ao reequilíbrio, poderá ser implementada mediante acordo entre as Parte e após manifestação expressa da ARPE – fundamento anteriormente mencionado na Cláusula 27.5 – assim como previne para possibilidade de não ocorrer acordo entre as Partes, condicionando a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de acordo com o que determinar a ARPE, veja-se a Cláusula 27.6:

“(…)

27.6. Caso não haja acordo entre as PARTES, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO será implementada pela forma que for determinada pela ARPE, após manifestação do CONCEDENTE, através de uma das seguintes modalidades, ressalvado o direito da CONCESSIONÁRIA requerer a Arbitragem, na forma estabelecida neste CONTRATO:

- I - Prorrogação ou redução do prazo da CONCESSÃO PATROCINADA;*
- II- Revisão do cronograma de implantação das OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA RODOVIA previstas no ANEXO IV - PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO RODOVIARIA - PER, do EDITAL;*

⁷ 27.8. A CONCESSIONÁRIA, para pleitear a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO, deverá apresentar à ARPE requerimento fundamentado, justificando a ocorrência de qualquer fato que possa caracterizar o desequilíbrio

- III- adequação dos indicadores de desempenho previstos no ANEXO III - QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO, do EDITAL para compatibilização da oferta do SERVIÇO com a demanda de TRÁFEGO na RODOVIA;*
- IV - Revisão da TARIFA DO PEDÁGIO, para mais ou para menos;*
- V - Combinação das modalidades anteriores."*

Por conseguinte, consoante prática consagrada das recomposições anteriormente implementadas, para o cálculo do reequilíbrio apresentado, no Anexo I, consideramos a premissa o item 1.3 do “Anexo V – DIRETRIZES PARA A PRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ECONÔMICA” do Edital, conforme se pode ver a seguir:

“(…)

1.3. Os valores propostos deverão ser expressos em reais e utilizar como referência a data-base de dezembro de 2005. Para efeito das projeções, os LICITANTES deverão assumir como data de início da CONCESSÃO PATROCINADA, o mês de dezembro de 2006.” (grifo nosso)

Por essas razões, respeitadas diretrizes impostas pela conjuntura do Contrato, propõe-se este pedido de recomposição, considerando as perdas de receita abaixo de 70% (setenta por cento), aferidas no período de 14/06/2022 a 13/06/2023 (fato ensejador) a fim de possibilitar o equilíbrio econômico-financeiro da TIR original do fluxo de caixa⁸ sem financiamento (não alavancado), verificado no PNR que acompanha este pleito (**Anexo II**).

Por fim, registra-se que o novo PNR, assim como procedido nos pleitos anteriores, manteve (i) os valores e critérios de cálculo adotados no Plano de Negócios apresentado na PROPOSTA, inclusive os critérios de cálculo das depreciações e amortizações, e os eventuais erros ou omissões; (ii) o prazo da concessão, o cronograma de pagamento da CBAT, as datas de execução das obras e o início de operação da concessão apresentado na PROPOSTA, em atendimento a Cláusula Terceira do 1º Termo Aditivo; e (iii) condições do PNR atualizado conforme o 9º Termo Aditivo do Contrato.

IV. CONCLUSÃO.

Por todo exposto, esta Concessionária vem apresentar o 6º Pleito de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, observadas as previsões contratuais e legais, para deliberação e posterior aprovação do novo PNR, de modo que possam surtir seus efeitos a partir de 14/06/2024, considerando a seguinte premissa:

⁸ Ferramenta que controla a movimentação financeira (as entradas e saídas de recursos financeiros), em um período determinado, de uma empresa.

- a. Reequilibrar a Tarifa Interna de Retorno – TIR, relativo à perda de receita de pedágio por tráfego a menor de 70% (setenta por cento), alterando a tarifa básica dos atuais R\$ 3,1984 (três inteiros e um mil novecentos e oitenta e quatro décimos de milésimos de real) em Dias Úteis e R\$ 4,7976 (quatro inteiros e sete mil novecentos e setenta e seis décimos de milésimos de real) no Final de Semana/Feriado, para **R\$ 3,3031** (três inteiros e três mil e trinta e um décimos de milésimos de real) em Dias Úteis e **R\$ 4,9546** (Quatro inteiros e nove mil quinhentos e quarenta e seis décimos de milésimos de real) em Final de Semana/Feriados.

Sendo o que tínhamos para o momento, ficamos a inteira disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários e no aguardo das manifestações de V.Sas.

Atenciosamente,

Rafaela Elaine da Costa Lima Araújo
Diretora Presidente

Zíngara Bold
Jurídico-Administração Contratual

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Anexos:

- ✓ Anexo I – Memória de Reunião – ARPE / SEDUH / CRC ;
- ✓ Anexo II – PNR – 6º Pleito de Reequilíbrio – Perdas 14.06.22 a 13.06.23;
- ✓ Anexo III – Parecer PGE nº 583/2018 (Rito Reequilíbrio).